



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL**

CONTRATO N° 042 /2014-AGU.

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DA ADVOCACIA-GERAL DA
UNIÃO E A EMPRESA LIDERANÇA LIMPEZA E
CONSERVAÇÃO LTDA, NA FORMA ABAIXO:**

PROCESSO N°: 00676.000729/2014-47.

A **UNIÃO**, por intermédio da **ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**, instituída pela Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993, representada pela **SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL**, instituída pelo Decreto n° 7.392, de 13 de dezembro de 2010, com Sede no Setor de Indústrias Gráficas, Quadra 06, Lote 800, Brasília/DF, Cep: 70.610-460, inscrita no CNPJ n° **26.994.558/0068-30**, e consoante delegação de competência conferida pela Portaria n° 60, de 4 de fevereiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 09 de fevereiro de 2011, neste ato representada pelo **Superintendente Regional de Administração no Distrito Federal**, Senhor **JOSÉ FELIPE RODRIGUES DE OLIVEIRA**, nomeado pela Portaria/AGU n° 939, de 7 de julho de 2008, publicada no Diário Oficial da União em 09 de julho de 2008, e conforme apostilamento promovido pela Portaria n° 29, de 17 de janeiro de 2011, publicado no Boletim de Serviço Extraordinário n° 10, de 10 de fevereiro de 2011, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ n° **00.482.840/0001-38**, sediada na Rua Antônio Mariano de Souza, n° 775, Bairro Ipiranga, Cep: 88.111-510, São José/SC, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Senhor **WILLIAN LOPES DE AGUIAR**, portador da Cédula de Identidade n° 3.975.588, expedida pela SSP/SC e do CPF n° 028.383.199-57, tendo em vista o que consta no processo n° **00676.000729/2014-47**, e em observância às disposições contidas na Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002, nos Decretos n° 3.555, de 08 de agosto de 2000, (alterado pelo Decreto n° 3.693, de 20 de dezembro de 2000 e pelo Decreto n° 3.784, de 06 de abril de 2001), n° 5.450, de 31 de maio de 2005, n° 2.271/97, IN/SLTI-MP n° 02, de 30 de abril de 2008, alterada pela IN/SLTI-MP n° 06, de 23 de dezembro de 2013, IN/SLTI-MP n° 01, de 19 de janeiro de 2010, Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto n° 6.204, de 5 de setembro de 2007 e legislação correlata, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente da Pregão Eletrônico n° **XX/2014**, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por menor preço global, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Prestação, de forma contínua, dos serviços de limpeza, conservação, higienização e asseio diário, com fornecimento de mão de obra, todos os materiais e equipamentos necessários, a serem executados nas instalações das Unidades da Advocacia-Geral da União em Brasília/DF, conforme especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este instrumento de Contrato e seu Anexo guardam inteira conformidade com os termos do Edital de **Pregão Eletrônico nº 21/2014-AGU**, Processo nº 00676.000729/2014-47, dos quais são partes, como se aqui estivessem integralmente transcrito, vinculando-se, ainda, ao Termo de Referência e à proposta da **CONTRATADA**.



CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da **CONTRATANTE**:

- a) Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 8.666/93;
- b) Indicar as áreas onde os serviços serão executados;
- c) Relacionar as dependências das instalações físicas, bem como, os bens de sua propriedade que serão disponibilizados para a execução dos serviços, quando for o caso, com a indicação do estado de conservação;
- d) Disponibilizar instalações sanitárias;
- e) Disponibilizar vestiários com armários e guarda-roupas;
- f) Destinar local para guarda dos saneantes domissanitários, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da **CONTRATADA**:

- a) Implantar imediatamente a mão de obra no respectivo posto munida de equipamento de Proteção Individual – EPI, devidamente uniformizado e identificado, informando em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite de assumir conforme o estabelecido;
 - b) Submeter, de imediato, para conferência e identificação pela **CONTRATANTE**, as CTPS devidamente preenchidas e assinadas juntamente com a relação nominal dos empregados que atuarão na execução dos serviços, mencionando os respectivos endereços e telefones residenciais e celulares, atualizando prontamente quaisquer alterações desses dados, conforme art. 67 da Lei nº 8666/93:
 - i) Adotar essa obrigação sempre que houver demissão/admissão de novos empregados para prestação dos serviços constantes deste Termo de Referência.
 - c) Entregar ao fiscal do contrato a Declaração constante do ANEXO I - F do Termo de Referência em até 15 (quinze) dias a contar da data de assinatura do contrato e sempre que houver substituição de empregado em férias, demissão/admissão;
 - d) Treinar ou promover treinamentos, às suas expensas, para os empregados que executarão os serviços contratados;
 - e) Apresentar recibo da entrega dos uniformes devidamente assinados pelos funcionários, quando da entrega;
 - f) Fornecer crachás de identificação com foto, às suas expensas, para os empregados que executarão os serviços contratados;
 - g) Disponibilizar os empregados para a **CONTRATANTE**, devidamente identificados por crachás, sempre limpos e asseados, quer no aspecto de vestuário e calçado, quer na higiene pessoal, devendo ser substituídos imediatamente àqueles que não estiverem de acordo com esta exigência, mediante comunicação do Fiscal do Contrato;
- 
- 

- h) Orientar regularmente seus empregados acerca da adequada metodologia de otimização dos serviços, dando ênfase à economia no emprego de materiais e a racionalização de energia elétrica no uso dos equipamentos;
- i) Fornecer, além da mão de obra, saneantes domissanitários, materiais, saboneteira acrílica, odorizador de ambientes, dispenser de saquinhos para absorventes, dispenser para papel higiênico em rolo, dispenser para toalha de papel interfolhada, dispenser para álcool em gel, álcool em gel, papel toalha interfolhada, papel higiênico para dispenser, papel higiênico dupla face, saquinhos para absorvente, sabonete líquido, refil para odorizador de ambientes, detergente biodegradável, multiuso, desinfetantes, esponja de aço, esponja para lavar louças, água sanitária, sabão em pó, sabão em barra, desodorante spray aromatizante, cera líquida antiderrapante, cera líquida impermeabilizante, removedor, selador, limpador de pedras, pano de chão, flanelas, baldes, luvas, limpa vidros, placas dobráveis (cuidado, piso molhado, piso escorregadio, não entre, etc), sacos de lixo coloridos para coleta seletiva (azul, verde e preto), sacos de lixo comum, sacos de lixo para banheiros, sacos reforçados para acondicionamento de lixo de áreas verdes, carrinho multiuso para limpeza completo com bolsa de vinil para acondicionamento de lixo, contentor de lixo, luvas, lavadoras de alta pressão, aspiradores de pó, enceradeiras, mangueiras, aspersores, baldes, carrinhos para transporte de lixo, carrinhos de mão, máquinas de cortar grama, aparar, podar, tesouras de poda, ancinhos, rastelos, pás, picaretas, cavadores, foices, coletores, escadas e todos os outros equipamentos, ferramentas, utensílios e materiais necessários para a perfeita execução dos serviços de limpeza dos prédios e demais atividades correlatas, em quantidades e qualidades necessários;
- j) Observar as definições de saneantes destinados à limpeza geral e afins que constam da RDC da ANVISA de nº 40, de 05 de junho de 2008;
- k) Assumir responsabilidade integral pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- l) Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas CTPS;
- m) Manter a disciplina nos locais dos serviços, retirando, no prazo máximo de 24h (vinte e quatro) horas após a notificação, qualquer empregado cuja conduta seja tida como inconveniente pela Administração;
- n) Manter sediados junto à Administração, durante os turnos de trabalho, elementos capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- o) Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso e substituir os danificados em até 48h (quarenta e oito) horas, contados da data de solicitação encaminhada pelo fiscal do contrato;
- p) Disponibilizar equipamentos elétricos dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica;
- q) Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma metódica e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços;
- r) Nomear encarregados responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos, os quais devem permanecer no local do trabalho, em tempo integral, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços;
- s) Orientar os encarregados da obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços da Administração e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;
- t) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual, distrital ou municipal, as normas de segurança da Administração;


- u) Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração;
- v) Registrar e controlar, juntamente com o preposto da Administração, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;
- w) Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;
- x) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, inclusive sacos plásticos para acondicionamento de detritos, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade, em qualidade e com tecnologia adequadas, com a observância das recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- y) Adotar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços;
- z) Executar os serviços em horários que não interfiram com o bom andamento da rotina de funcionamento da Administração;
- aa) Adotar boas práticas de sustentabilidade baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, tais como:
 - i. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes;
 - ii. Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
 - iii. Uso de produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;
 - iv. Racionalização do consumo de energia elétrica e de água;
 - v. Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;
 - vi. Utilização, na lavagem de pisos, sempre que possível, de água de reuso ou outras fontes (águas de chuva e poços), desde que certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros;
 - vii. Treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
 - viii. Observação da Resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) no 20, de 07 de dezembro de 1994 e Instrução Normativa IBAMA nº 15, de 18 de fevereiro de 2004, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
 - ix. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, em estabelecimentos que as comercializam ou na rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores, conforme disposto na legislação vigente;
 - x. Conferir o tratamento previsto no item anterior a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;
 - xi. Observar, quando da execução dos serviços, as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, no que couber.
- bb) Providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos frascos de aerossol originários desta contratação, recolhendo-os ao sistema de coleta montado pelo respectivo

fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada;

- cc) Efetuar o recolhimento do produto ou embalagem oriundos da prestação dos serviços, para fins de destinação final ambientalmente adequada, a cargo dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, conforme artigo 33 da Lei nº 12.305, de 2010, artigos 13 a 32 do Decreto nº 7.404, de 2010 e legislação correlata;
- dd) Não utilizar na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, ou de qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14 de novembro de 2000 e legislação correlata;
- ee) Fornecer detergente em pó com a composição que respeite os limites de concentração máxima de fósforo admitidos na Resolução CONAMA nº 359, de 29 de abril de 2005 e normas correlatas;
- ff) Fornecer e utilizar na execução do contrato, saneantes domissanitários notificados ou registrados de acordo com a categoria de risco correspondente, na Agência de Vigilância Sanitária - ANVISA, nos termos da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976 e Decreto nº 8.077 de 14 de agosto de 2013;
- gg) Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 08 de outubro de 2003;
- hh) Acondicionar os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta em conformidade com as diretrizes da Administração;
- ii) Cumprir as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- jj) Os equipamentos a serem fornecidos pela **CONTRATADA** deverão ser disponibilizados, novos de primeiro uso, identificados e deverão ser fornecidos com antecedência de 15 (quinze) dias corridos, anteriores a data de início da execução dos serviços e deverão ser complementados e substituídos sempre que for necessário e solicitado pelo fiscal do contrato;
- kk) Fornecer até o quinto dia útil de cada mês os materiais de limpeza e conservação, não se admitindo atrasos e desabastecimentos, sob pena das sanções previstas na Cláusula Décima Quinta;
- ll) Responsabilizar-se pelo transporte dos saneantes domissanitários, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios entre os prédios da **CONTRATANTE**;
- mm) Indicar quando da assinatura do contrato o endereço, telefone fixo, celular de contato da sede da empresa ou do escritório de representação na cidade onde os serviços serão prestados;
- nn) Responsabilizar-se integralmente pela execução dos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- oo) Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços;
- pp) Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da **CONTRATANTE** ou de terceiros, que tomar conhecimento em razão da execução do contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido;
- qq) Acatar a fiscalização da **CONTRATANTE** levada a efeito por pessoa devidamente credenciada para tal fim;



- rr) Tratar e negociar todo e qualquer assunto relativo à execução do contrato somente com o Fiscal do Contrato, sem que haja ingerência de tercelros não credenciados para tal fim;
- ss) Responsabilizar-se pelo transporte de seus empregados, do local próximo às suas residências ao local de trabalho e vice-versa, bem como alimentação e outros benefícios previstos na legislação trabalhista;
- tt) Fornecer antecipadamente aos seus empregados auxílio-transporte, auxílio-alimentação, de acordo com o horário de trabalho, e qualquer outro benefício que se torne necessário ao bom e completo desempenho de suas atividades e de acordo com a legislação vigente;
- uu) Pagar os salários por meio de depósito bancário, na conta dos empregados, em agências situadas na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços;
- vv) Autorizar a **CONTRATANTE**, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos;
- ww) Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, a emissão do Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados;
- xx) Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas;
- yy) Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para obtenção de extrato de recolhimento sempre que solicitado pela fiscalização;
- zz) Apresentar atestado de antecedentes civil e criminal de toda mão de obra oferecida para atuar nas instalações da **CONTRATANTE**;
- aaa) Substituir imediatamente, em caso de faltas, férias, licenças ou a pedido da **CONTRATANTE**, os empregados alocados nos postos, respondendo por quaisquer ocorrências no decorrer do período em que for constatada a sua ausência:
- i) É reservado à **CONTRATANTE** o direito de autorizar ou não as eventuais substituições de acordo com os interesses do serviço, devendo estas ocorrer mediante prévia comunicação ao Fiscal do Contrato. Não é permitida a dobra de jornada.
- bbb) Comunicar imediata e formalmente à **CONTRATANTE** a ocorrência de quaisquer substituições, informando os motivos e a duração das mesmas, apresentando as documentações comprobatórias, e posteriormente, comprovante (contracheque), referente ao período de substituição;
- ccc) Impedir que mão de obra com registro de falta disciplinar qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações da **CONTRATANTE**;
- ddd) Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões estabelecidos pela Lei nº 8.666/93 para atender eventuais acréscimos solicitados pela **CONTRATANTE**;
- eee) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento das atribuições dos seus empregados;
- fff) Instruir a mão de obra quanto à necessidade de acatar as orientações do fiscal da **CONTRATANTE**, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas Regimentais e Disciplinares e de Segurança e Medicina do Trabalho sem, contudo, caracterizar ou manter qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**;
- ggg) Instruir seus empregados a não executarem serviços particulares a pedido de servidores da **CONTRATANTE**;

- hhh) Arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora, apresentando mensalmente ao setor competente da **CONTRATANTE**, a comprovação do recolhimento do FGTS e INSS referente à força de trabalho alocada às atividades objeto desta licitação, sem o que, não serão liberados os pagamentos das faturas apresentadas para liquidação;
- iii) Fornecer, sempre que solicitados pela **CONTRATANTE**, os comprovantes de quitação das obrigações trabalhistas e do recolhimento dos encargos sociais de seus empregados utilizados na execução do contrato;
- iiii) Fornecer ao Fiscal do contrato relatório técnico mensal das atividades realizadas, constando relações nominais de licenças, faltas, se houver, bem assim escala nominal de férias dos empregados e seus respectivos substitutos:
- A escala de férias deverá ser apresentada à **CONTRATANTE**, com no mínimo 3 (três) meses de antecedência, para fins de avaliação, observada a necessidade de serviços da **CONTRATANTE**;
 - Apresentar Relação nominal de seus empregados que ficarão vinculados ao contrato, contendo as informações contidas no ANEXO IX do Termo de Referência.
 - Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito;
 - Registrar e controlar, juntamente com o Fiscal do contrato, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seus empregados, bem como as ocorrências havidas;
 - A frequência dos empregados da Contratada **deverá ser controlada por meio de relógios de ponto, com identificação biométrica**, a serem instalados, sem ônus para a **CONTRATANTE**, em suas dependências.
- kkk) Descontar das parcelas mensais as faltas ao serviço do pessoal que executará os serviços nas instalações da **CONTRATANTE**, a serem apontadas pelo Fiscal do Contrato, desde que não tenha promovido as devidas substituições, sem prejuízo da aplicação de penalidades;
- lll) Proibir o acesso à internet em sites que não estejam relacionados com o objeto do serviço contratado, sendo permitido somente o acesso aos softwares e aos diretórios relacionados à execução dos trabalhos contratados;
- mmm) Deduzir da fatura mensal correspondente qualquer valor referente a serviços de telefonia, especiais ou interurbanos, taxas de serviços medidos e registrados nas contas dos aparelhos mencionados, quando comprovadamente tais serviços forem feitos para empregados da **CONTRATADA**;
- nnn) Prever toda a mão de obra necessária para garantir a prestação dos serviços, nos regimes contratados, sem interrupção seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, faltas ao serviço, demissão e outros casos análogos, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;
- ooo) Dar conhecimento prévio à fiscalização da **CONTRATANTE** das alterações de empregados a serem efetuadas, decorrentes de substituições, férias, exclusões ou inclusões necessárias;
- ppp) Cumprir todas as obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho;
- qqq) Atender prontamente, sem ônus para AGU, quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto deste Termo de Referência;
- rrr) Responsabilizar-se por quaisquer acidentes com os seus empregados em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício da atividade;
- 
- 

- sss) Responder por danos e desaparecimento de bens materiais, e avarias que venham a ser causados por seus empregados ou preposto, a terceiros ou ao próprio local de serviço, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com o art. 70, da Lei nº 8.666/93;
- l) Não sendo possível a substituição do bem desaparecido, danificado ou extraviado, a **CONTRATANTE** poderá autorizar o ressarcimento em espécie, promovendo previamente, nesta hipótese, a apuração do valor de mercado, atualizado, do bem, para efeito de recolhimento da importância respectiva aos cofres públicos.
- ttt) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela **CONTRATANTE**, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender;
- uuu) Apresentar Atestado de Capacidade Técnica (declaração ou certidão), declarando ter a empresa licitante prestado ou estar prestando serviços compatíveis e pertinentes, com o objeto e com a metragem descrita no Termo de Referência;
- vvv) Manter o pagamento das obrigações trabalhistas, devidas aos seus empregados, rigorosamente em dia;
- www) Executar os serviços, obedecendo os prazos estabelecidos pela Administração, empregando a mão de obra especificada, utilizando materiais e equipamentos de excelente qualidade, quantidade, satisfazendo o público usuário e cumprindo todas as obrigações decorrentes do contrato em observância às disposições da IN/SLTI/MP nº 02/2008, atualizada pela IN/SLTI/MP nº 06/2013 e as outras legislações correlatas.
- xxx) Manter durante a vigência do Contrato e possíveis prorrogações as mesmas condições exigidas para sua contratação apresentando, sempre que exigidos os comprovantes de regularidade fiscal.

CLÁUSULA QUINTA - DOS LOCAIS E DAS ÁREAS DE EXECUÇÕES DOS SERVIÇOS

Os serviços serão executados nas instalações físicas da Advocacia-Geral da União, (Edifícios SEDE I e II), localizadas nos endereços abaixo especificados:

Edifício Sede I AGU	Setor de Autarquias Sul, Quadra 03, Lotes 05/06	Brasília/DF
Edifício Sede II AGU	Setor de Indústrias Gráficas, Quadra 06, Lote 800	Brasília/DF

As metragens das áreas físicas a serem limpas são as seguintes:

TIPO DE ÁREA		ED. SEDE I AGU	ED. SEDE II AGU	TOTAL
Áreas Internas	Pisos Acarpetados	120,00m ²	-	120,00m ²
	Pisos Frios	30.129,09m ²	18.026,55m ²	48.155,64m ²
	Áreas com espaços livres	3.357,84m ²	-	3.357,84m ²
	Área do Serviço Médico	-	157,00m ²	157,00m ²
	Painéis de Divisórias Face Interna*	-	5.660,56 m ²	5.660,56 m ²
	Painéis de Divisórias Face Externa*	-	5.660,56 m ²	5.660,56 m ²
	Vidros em Divisórias Face Interna**	-	491,292 m ²	491,292 m ²
	Vidros em Divisórias Face	-	491,292 m ²	491,292 m ²

	Externa**			
	Drywall*	8.473,00m ²	-	8.473,00m ²
	Box/Sanitários	205	142	347
	Lavatórios	205	90	295
	Mictórios	112	15	127
Áreas Externas	Pisos Pavimentados Adjacentes /Contíguos às Edificações	2.778,55m ²	-	2.778,55m ²
	Varrição de Passeios e Arruamentos	1.203,24m ²	12.538,88m ²	13.742,12m ²
	Pátios e Áreas Verdes com Alta Frequência	-	15.274,08m ²	15.274,08m ²
	Esquadrias Externas/Face Externa com Exposição a Situação de Risco	-	4.529,50m ²	4.529,50m ²
	Esquadrias Externas/Face Interna	3.620,25m ²	4.529,50m ²	8.149,75m ²
	Fachadas Envidraçadas	4.547,80m ²	-	4.547,80m ²

*Os Painéis de Divisórias Face Interna e externa deverão ser considerados para efeito de produtividade como esquadria externa face interna/externa sem exposição a risco e obedecerão aos limites máximos da Portaria SLTI/MPOG n° 5, de 19/03/2013.

**O Vidros em Divisórias Face Interna/externa e os Drywall's deverão ser considerados para efeito de produtividade como fachada envidraçada face externa e obedecerão aos limites máximos da Portaria SLTI/MPOG n° 5, de 19.03.2013.

Tabela Resumida das áreas:

TIPO DE AREA		Área a ser considerada para cálculo do número de serventes, em m ²	Produtividade por servente, segundo IN 2/08 atualizada pela IN 06/13, em m ²
		A	B
Áreas Internas	Pisos Acarpetados	120,00	600
	Pisos Frios	48.155,64	600
	Áreas Hospitalares e Assemelhadas	157,00	330
	Áreas com espaços livres	3.357,84	600

Áreas Externas	Pisos pav. Adjacentes / contíguos às edificações	2.778,55	1.200
	Varrição de passeios e arruamentos	13.742,12	6.000
	Pátios e áreas verdes com alta frequência	15.274,08	1.200
Esquadrrias Externas	Face externa com exp. a situação de risco	4.529,50	110
	Face externa sem exp. a situação de risco	5.660,56	220
	Face Interna	13.810,31	220
	Fachadas envidraçadas	14.003,38	110

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por mútuo acordo entre as partes, mediante Termo Aditivo, com vantagens para a **CONTRATANTE**, por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme o disposto no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO

Pelos serviços executados, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor mensal de **R\$ 374.164,66** (trezentos e setenta e quatro mil, cento e sessenta e quatro reais e sessenta e seis centavos), perfazendo o montante anual de **R\$ 4.489.975,92** (quatro milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, novecentos e setenta e cinco reais e noventa e dois centavos), estando nele incluídas todas as despesas necessárias à sua perfeita execução.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação estão previstas no Orçamento da União para o exercício de 2014, em dotação orçamentária própria, e serão programadas no exercício subsequente, à conta de dotação orçamentária própria para atender despesas da mesma natureza na classificação abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO: 03092203826740001

NATUREZA DE DESPESA: 339039

NOTA DE EMPENHO: 2014NE801160

EMISSION: 13/Jun/2014

VALOR: R\$ 748.329,32 (e demais empenhos de reforço)

CLÁUSULA NONA - DA REPACTUAÇÃO

O contrato será repactuado, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta ou da última repactuação.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - As repactuações serão precedidas de solicitação da **CONTRATADA**, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamente a repactuação.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - A repactuação deverá ser pleiteada até a data da prorrogação contratual subsequente, sob pena de preclusão do direito de repactuar.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA

Como garantia integral de todas as obrigações assumidas, a **CONTRATADA** prestará, na assinatura deste instrumento, garantia no valor de **R\$ 224.498,80** (duzentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta centavos) correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei nº 8.666/93, conforme abaixo:

- I. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- II. Seguro-garantia
- III. Fiança bancária.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – A **CONTRATADA** deverá apresentar a Garantia no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contar da data de assinatura do instrumento contratual, devendo a validade da garantia ultrapassar em 90 (noventa) dias a vigência do contrato:

- A não apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – A garantia oferecida deverá permanecer íntegra ao longo de toda execução do contrato. Caso seja utilizada para caucionar os interesses da **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá reapresentá-la em 48h (quarenta e oito) horas, nos exatos termos inicialmente pactuados;

SUBCLÁUSULA TERCEIRA – É vedado à **CONTRATADA** pactuar com terceiros, cláusulas de não ressarcimento ou não liberação do valor dado em garantia de multas contratuais e decorrentes do inadimplemento de obrigações trabalhistas e previdenciárias previstas na legislação pertinente;

SUBCLÁUSULA QUARTA – A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a **CONTRATADA** pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação;

SUBCLÁUSULA QUINTA – Caso o pagamento de que trata a subcláusula anterior não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para pagamento das verbas trabalhistas diretamente pela Administração.

SUBCLÁUSULA SEXTA – A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- Prejuízos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- Multas moratórias e punitivas aplicadas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**; e
- Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela **CONTRATADA**;

SUBCLÁUSULA SÉTIMA – A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados na subcláusula sexta;

SUBCLÁUSULA OITAVA – A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor da **CONTRATANTE**;

SUBCLÁUSULA NONA – O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a **CONTRATANTE** a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;

SUBCLÁUSULA DÉCIMA – O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela **CONTRATANTE** com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à adjudicatária;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

O pagamento do serviço executado pela **CONTRATADA** e aceito definitivamente pela **CONTRATANTE** será efetuado em parcelas mensais, não se admitindo o pagamento antecipado sob qualquer pretexto.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - O pagamento dos salários dos empregados não está condicionado ao recebimento do valor correspondente à Nota Fiscal/Fatura apresentada pela **CONTRATADA**, e deverá ser efetivado até o 5º (quinto) dia útil, em horário bancário, do mês posterior ao da prestação do serviço;

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - As faltas ao serviço, a serem apontadas pelo Fiscal do Contrato, desde que a **CONTRATADA** não tenha promovido as devidas substituições, serão descontadas das parcelas mensais, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas;

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - O pagamento de cada parcela será efetuado em nome da **CONTRATADA**, mediante ordem bancária em conta corrente ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, até o 5º (quinto) dia útil, em horário bancário, do mês posterior ao da prestação do serviço, após o recebimento da Nota Fiscal de Serviço/Fatura, devendo estar devidamente atestada por servidor designado para a fiscalização do contrato;

- A primeira Nota Fiscal de Serviço/Fatura a ser apresentada terá como período de referência o dia de início da prestação do serviço e o último desse mês.

SUBCLÁUSULA QUARTA - O pagamento da Nota Fiscal de Serviço/Fatura está condicionado à apresentação das seguintes comprovações:

- Do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social) correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados na forma do § 4º do art. 31 da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, quando se tratar de mão de obra diretamente envolvida na execução dos serviços na contratação de serviço continuados;
- Do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela **CONTRATANTE**.

SUBCLÁUSULA QUINTA - No ato do pagamento será realizada consulta ao SICAF (via "online"), e caso o resultado seja desfavorável, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para a regularização;

- Em não ocorrendo a regularização, proceder-se-á com a rescisão contratual.

SUBCLÁUSULA SEXTA - Na hipótese do atraso do pagamento da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, provocado exclusivamente pela Advocacia-Geral da União o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

EM = $I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o efetivo pagamento

VP = Valor da parcela em atraso.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA - No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive nas Nota Fiscal/Faturas, estes serão restituídos à **CONTRATADA** para as correções necessárias, não respondendo a **CONTRATANTE** por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Os empregados e preposto da **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A **CONTRATADA** responderá por quaisquer danos ou prejuízos pessoais ou materiais que seus empregados ou preposto, em razão de omissão dolosa ou culposa, venham a causar aos bens da **CONTRATANTE** em decorrência da prestação dos serviços, incluindo-se, também, os danos materiais ou pessoais a terceiros, a que título for.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - A CONTRATANTE estipulará prazo à **CONTRATADA** para reparação de danos porventura causados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ÔNUS E ENCARGOS

Todos os ônus ou encargos referentes à execução deste Contrato, que se destinem à realização dos serviços, a locomoção de pessoal, seguros de acidentes, impostos, taxas, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e outros que forem devidos em razão dos serviços, ficarão totalmente a cargo da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação do serviço e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercido pelo gestor do contrato, que poderá ser auxiliado pelo fiscal técnico e fiscal administrativo do contrato, em conformidade com o art. 31 da IN SLTI/MP nº 02/2008, alterada pela IN SLTI/MP nº 06, de 23 de dezembro de 2013, e em conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Conforme o disposto no art. 28 do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, aquele que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos sem prejuízo das multas aqui previstas, no Edital e no Contrato e demais cominações legais;

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - A não apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Em caso de inexecução parcial das condições fixadas na licitação, execução imperfeita, inadimplemento contratual, não veracidade das informações ou mora de execução, erros ou atraso na prestação dos serviços e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, a seu critério, isolada ou cumulativamente, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa adjudicatária as seguintes penalidades:

1. Advertência;
2. Multa compensatória e moratória, na forma abaixo especificada:
 - a) até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, de acordo com os percentuais previstos na Tabela 1 e as infrações da Tabela 2;
 - b) 30% (trinta por cento) sobre o valor integral do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por até cinco anos;
4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos moldes do inciso IV, art. 87 da Lei nº 8666/93.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - As sanções de multa poderão ser aplicadas à empresa **CONTRATADA** juntamente com a de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

SUBCLÁUSULA QUARTA - Para efeito de aplicação da multa prevista na alínea "a" do item 2 da Subcláusula Segunda, serão atribuídos graus às infrações, conforme as Tabelas 1 e 2 abaixo:

Tabela 1

GRAU	% DO VALOR MENSAL
1	2,50%
2	5,00%
3	10,00%
4	15,00%
5	20,00%

Tabela 2

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Deixar de fornecer uniforme aos empregados.	1
2	Deixar de substituir empregado e que se apresentar sem uniforme ou desatento às normas de higiene pessoal.	2
3	Deixar de apresentar registro de frequência de seus empregados, quando solicitado.	2
4	Deixar de cumprir a orientação do Gestor quanto à execução dos serviços.	2
5	Deixar de fornecer a relação nominal dos empregados em serviço no prédio.	1
6	Deixar de observar as determinações da AGU quanto a permanência e circulação de seus empregados no prédio.	1
7	Deixar de comunicar, por escrito, à AGU, imediatamente após o fato, qualquer anormalidade ocorrida nos serviços.	3
8	Deixar de cumprir as exigências relativas à higiene e segurança do trabalho.	4
9	Deixar de manter, em serviço, número de empregados efetivamente contratados.	5
10	Deixar de custear integralmente os uniformes dos seus empregados, descontando indevidamente dos seus respectivos salários.	4
11	Deixar de realizar os serviços.	5
12	Deixar de pagar em dia os salários ou acréscimos salariais decorrentes de lei, contrato ou dissídio.	5
13	Deixar de fornecer auxílio transporte ou auxílio alimentação em dia a seus empregados.	5
14	Deixar de cumprir qualquer item previsto no presente contrato que não tenha sido listado nesta tabela.	1
15	Deixar de cumprir qualquer item previsto no presente contrato que não tenha sido listado nesta tabela, após reincidência formalmente notificada pelo Gestor do contrato.	2
16	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados.	2
17	Deixar de fornecer material em quantidade suficiente para a execução dos	2

Handwritten signature/initials

	serviços	
18	Deixar de recolher o FGTS dos empregados	5
19	Deixar de recolher as contribuições sociais previdenciárias	5

SUBCLÁUSULA QUINTA - As sanções previstas nos itens 3 e 4 da Subcláusula Segunda poderão ser aplicadas à empresa **CONTRATADA** nos seguintes casos:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva pela prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;
- c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar o objeto da licitação.

SUBCLÁUSULA SEXTA - Os valores das multas poderão ser descontados do pagamento devido à **CONTRATADA**, ou da garantia prestada, ou ser recolhido(s) em conta única do Tesouro Nacional, através de GRU, indicada pela **CONTRATANTE**, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a partir de sua intimação por ofício, incidindo, após esse prazo, atualização monetária, com base no mesmo índice aplicável aos créditos da União; ou ainda, se for o caso, cobradas judicialmente;

SUBCLÁUSULA SÉTIMA - As penalidades aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, ficando o total das multas limitado a 20% (vinte por cento) do valor total contratado, quando não aplicada a letra "b" do item 2 da Subcláusula Segunda;

SUBCLÁUSULA OITAVA - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais;

SUBCLÁUSULA NOVA - No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO

Conforme o disposto no inciso IX, do art. 55, da Lei nº 8.666/93, a **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CONTRATANTE**, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, do referido Diploma Legal.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78, da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do presente Contrato.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

SUBCLÁUSULA QUARTA - A rescisão determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos dos Incisos I a XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, acarreta as consequências previstas no art. 87 do mesmo diploma legal, sem prejuízo das demais sanções previstas.

SUBCLÁUSULA QUINTA - Na hipótese de se concretizar a rescisão contratual, poderá a **CONTRATANTE** contratar os serviços das licitantes classificadas em colocação subsequente, observadas as disposições do Inciso XI do art. 24 da Lei nº 8.666/93, ou efetuar nova licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA CONTA VINCULADA PARA A QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E DO FGTS

As provisões realizadas pela **CONTRATANTE** para pagamento dos encargos trabalhistas, serão destacadas do valor mensal do contrato e depositadas em conta vinculada em instituição bancária, bloqueada para movimentação, aberta em nome da empresa a ser movimentada nos exatos termos do art. 36, §7º da IN SLTI/MP nº 02/2008, alterada pela IN SLTI/MP nº 06/2013, e em conformidade com as especificações descritas no Edital de Licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS ALTERAÇÕES

Este Contrato poderá ser alterado mediante Termo Aditivo, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A **CONTRATANTE** poderá acrescentar ou suprimir até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, mantidas as mesmas condições estipuladas, sem que caiba à **CONTRATADA** qualquer recusa ou reclamação.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - É facultada a supressão além do limite acima estabelecido, mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste Instrumento de Contrato, por extrato, no Diário Oficial da União, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

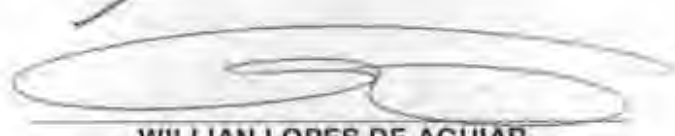
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Contrato será o da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal.

E por estarem de pleno acordo, assinam o presente Instrumento contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito,

Brasília/DF, 23 de junho de 2014.


JOSÉ FELIPE RODRIGUES DE OLIVEIRA
Advocacia-Geral da União
CONTRATANTE


WILLIAN LOPES DE AGUIAR
LIDERANÇA Limpeza e Conservação Ltda.
CONTRATADA

Willian Lopes de Aguiar
Gerente Comercial
R/O: 3.975.588 - CPF: 028.383.199/87

EM BRANCO